

# MARXISMO E ESCOLHA NACIONAL

## Adam Przeworski

Hoje em dia as ciências sociais estão sendo assediadas por uma ofensiva que não se via desde a década de 1890: um esforço deliberado para impor o monopólio do método econômico a todo o estudo da sociedade. De acordo com os economistas neoclássicos, tudo o que acontece enquadra-se em duas categorias: fenômenos econômicos e fenômenos aparentemente não econômicos. O desafio do individualismo metodológico não é dirigido ao marxismo especificamente; questiona da mesma forma tudo o que se costumava chamar ciência política, sociologia, antropologia e psicologia social. Os conceitos de "relações de produção", de Karl Marx, os "*a priori* sociais compartilhados", de Georg Simmel, a "consciência coletiva", de Émile Durkheim, e as "orientações de valor", de Talcott Parsons, são todos submetidos ao mesmo desafio: o de fornecer microfundamentos para os fenômenos sociais e, especificamente, basear toda a teoria da sociedade nas ações dos indivíduos concebidas como orientadas para a realização de objetivos racionais (1).

Essa ofensiva foi bastante bem-sucedida. A influência intelectual da psicologia social ? a rainha das ciências sociais vinte anos atrás ? desapareceu quase inteiramente. A escola funcionalista, tanto em seus aspectos psicológicos quanto estruturais, perdeu sua preponderância na sociologia. A abordagem da "escolha pública" (*public choice*) *impera* na ciência política. Até o marxismo, que durante as décadas de 1950 e 1960 costumava esconder-se nos meios acadêmicos norte-americanos sob o rótulo de "sociologia política", agora redescobriu suas raízes de *economia* política. Vários autores abordaram recentemente problemas marxistas tradicionais dentro do quadro de referência da escolha racional ou até da teoria usual de equilíbrio geral. Muitos outros empreendem contra-ataques demonstrando a fragilidade da perspectiva individualista. Mas, aparentemente, já não basta fazer referências ao "individualismo a-histórico da teoria econômica burguesa". Ao que parece, o marxismo já não é impermeável ao desafio apresentado pelo individualismo metodológico.

Há não muito tempo era possível estabelecer um claro e agudo contraste entre o marxismo e a "ciência social burguesa". O comportamento individual era considerado pelos marxistas como uma execução das posições de classe, enquanto os economistas burgueses o consideravam como ação racional, guiada pelo interesse próprio. Os atores que moviam a história marxista eram classes, coletividades-em-luta; os atores da história burguesa eram indivíduos-cidadãos-consumidores que, no máximo, às vezes, reuniam-se em efêmeros "grupos de interesse". Para os marxistas, a relação central que organiza a sociedade capitalista era o conflito inconciliável de interesses das duas classes antagônicas; para os cientistas sociais burgueses, era a harmonia básica dos interesses, que permite que os indivíduos efetuem trocas até atingir a melhor solução possível. Finalmente, os marxistas viam a sociedade capitalista como econômica e politicamente dominada, pelo capital, enquanto os pensadores burgueses viam-na como um mercado competitivo, com o governo representando instituições neutras e universalistas.

Nenhuma dessas diferenças pode ser claramente estabelecida hoje em dia: tanto a abordagem da escolha racional quanto o marxismo são altamente heterogêneos e evoluem rapidamente. No que se segue, não darei atenção a diferenças no interior da abordagem da escolha racional a não ser que sejam diretamente relevantes para a discussão. Considero essa abordagem sob sua forma mais usual, e mesmo brutal, de ênfase na maximização bem informada da utilidade guiada pelo interesse próprio, com ajustamento instantâneo ao equilíbrio. Por essa razão, utilizo os termos "individualismo metodológico", "abordagem da escolha racional" e "economia neoclássica" de modo intercambiável (2).

Para que a discussão se torne inteligível, uma concepção comum de "marxismo" se faz também necessária. Marxismo para mim é uma análise das conseqüências das formas de propriedade para os processos históricos (3). Qualquer marxismo, em minha opinião, é uma teoria da história, talvez não necessariamente da humanidade, à la G. A. Cohen, talvez nem sequer dos modos de produção, à la Louis Althusser, mas da reprodução e transformação das relações sociais de acordo com leis (Cohen, 1978; Althusser, 1970). As teorias da história fornecem explicações de sucessão inter-relacionadas de acontecimentos. Explicam não só como surgem instituições específicas, mas também como continuam a funcionar; não só como conflitos específicos chegam ao fim, mas como seu término afeta os conflitos futuros. Comparações estáticas de equilíbrios não constituem teorias da história a não ser que especifiquem por que e como ocorrem as transições entre esses equilíbrios. Isso acaba sendo uma exigência não tão minimalista: Raymond Boudon afirma que uma tal teoria não é possível em princípio; Jon Elster satisfaz-se com analisar acontecimentos isolados e precisos utilizando a teoria dos jogos; e até o tratado de John Roemer apóia-se exclusivamente em comparações de equilíbrios estáticos (Boudon, 1984; Elster, 1982, p 453-83; Roemer, 1982). Uma explicação marxista, da história, de qualquer maneira, origina-se em pressupostos que dizem respeito à estrutura de propriedade dos

recursos produtivos alienáveis: os "meios de produção". Abaixo discorrerei mais longamente sobre esses pressupostos.

A discussão que se segue está organizada em torno de quatro tópicos: a teoria da ação individual; a ontologia dos atores coletivos; a estrutura do conflito de classes; e a teoria dos jogos enquanto instrumento técnico. Segue-se uma breve conclusão, orientada para o futuro. Relativamente a cada tópico, identifico o desafio específico apresentado ao marxismo pela abordagem da escolha racional; quando apropriado, faço um resumo dos contra-argumentos marxistas; e, finalmente, tento ver quem pode aprender o que de quem. Boa parte da discussão é inconclusiva, mas uma questão geral emerge: a crítica do marxismo feita pelo individualismo metodológico é irrefutável e salutar, mas os pressupostos ontológicos da abordagem da escolha racional? especificamente o pressuposto de "indivíduos" não diferenciados, imutáveis e dissociados? são insustentáveis. Assim, ao passo que qualquer teoria da história precisa ter microfundamentos, a teoria da ação individual tem que conter mais informação contextual do que admite o atual paradigma da escolha racional. A tarefa de compreender a história como um produto de ações individuais ainda está por ser realizada.

## **Teoria da ação**

O desafio específico apresentado ao marxismo relativamente à teoria da ação é fornecer uma explicação dos atos individuais sob condições particulares, ou seja, fornecer microfundamentos para a teoria da história. Historicamente, considerávamos as ações individuais alternativamente como preestabelecidas, biologicamente provocadas, determinadas por normas ou orientadas para objetivos. O debate atual é entre as visões psicossociológicas do comportamento enquanto execução de normas internalizadas e a visão do comportamento como ação intencional e estratégica (4).

Não se trata de um desafio novo: Jean Paul Sartre colocou-o em 1946, quando observou que o marxismo pode explicar o fato de Paul Valéry ser um intelectual pequeno-burguês, mas não *por que* ele é um intelectual pequeno-burguês (Sartre, 1946). Esse desafio dirige-se não apenas ao marxismo, mas a qualquer teoria que tome como ponto de partida o nível coletivo de organização ou de consciência. O marxismo, porém, sempre esteve num dilema peculiar, e o atual desafio é muito mais exigente (do que a insatisfação tradicional com a ausência de "humanismo").

O dilema peculiar é que os marxistas nunca, estiveram dispostos a abraçar qualquer das alternativas ao individualismo metodológico? nem a explicação psicossocial adotada pela sociologia funcionalista nem as explicações apoiadas nas teorias freudianas da personalidade. Os funcionalistas explicavam que as pessoas se comportam de acordo com valores partilhados porque os indivíduos aprendem regras e valores que primeiro "internalizam" e posteriormente executam. Eles consideravam todo comportamento individual como um ato de execução da sociedade internalizada, com a implicação de que todas as pessoas expostas às mesmas normas e valores deveriam agir da mesma maneira (5). Os marxistas, acredito, adotaram esse modo de explicação na prática, explicando o comportamento individual pela posição de classe, mas, talvez devido aos aspectos utilitários remanescentes do legado de Marx, nunca aceitaram os princípios psicossociais em que se baseia essa visão específica do comportamento individual (6). Althusser tentou purificar esse mecanismo de conotações mentalísticas, mas o resultado foi uma caixa preta "behaviorista" de *appelation* (Althusser, 1971). Herbert Marcuse e Gilles Deleuze apoiaram-se na psicodinâmica freudiana para estabelecer os efeitos formativos da organização social da repressão sobre o comportamento individual, mas nenhum dos dois foi além da assertiva de que o capitalismo gera modelos de personalidade padrão (Marcuse, 1959; Deleuze, 1973). No geral, os marxistas satisfizeram-se com a crença intuitiva de que as pessoas executam (*act out*) suas posições de classe: as expressões de Marx a respeito de estudar os capitalistas como "personificações", "portadores" ou "representantes" do capital pareciam bastar, e o fato de que Marx se referisse ao lucro às vezes como "o motor", às vezes como "o alvo", às vezes como "o motivo" e outras vezes ainda como "a necessidade" dos capitalistas, do capital, ou do capitalismo de alguma maneira não parecia acarretar confusão. O que era importante a respeito da história acontecia ao nível das forças, estruturas, coletividades e condicionamentos, não ao nível de indivíduos. Devido a isso, os microfundamentos eram no máximo um luxo de que seria agradável dispor, para explicar outras variações menores. O marxismo era uma teoria da história sem qualquer teoria sobre as ações das pessoas que faziam essa história (7).

Essa posição já não é defensável, porque as críticas resultantes dos postulados do individualismo metodológico vão ao centro da teoria marxista da ação coletiva e, portanto, da história. As ações dos indivíduos já não podem ser vistas como dadas por suas posições de classe; devem ser explicadas no âmbito de cada conjunto de condições. Afirmações sobre indivíduos e coletividade devem ser cuidadosamente separadas: atribuições do *status* de ator coletivo ao "capital", à "classe trabalhadora" ou ao "estado" devem ser sempre submetidas a exame crítico para ver se a ação coletiva é consistente com racionalidades individuais. O desafio resultante da abordagem da escolha racional é específico: a teoria satisfatória é aquela capaz de explicar a história em termos das ações de indivíduos racionais e voltados para a realização de objetivos.

Qualquer teoria da sociedade deve basear-se nesses fundamentos: o desafio é esse.

## **Objecções marxistas ao individualismo metodológico**

Os pressupostos do individualismo metodológico, porém, encontram diversas objeções, algumas das quais profundamente ancoradas em tradições marxistas. Essas objeções enquadram-se em três categorias básicas: as preferências não são universais nem estáveis, mas contingentes a condições, portanto, alteram-se historicamente; o interesse próprio é uma caracterização

inadequada das preferências, pelo menos para algumas pessoas; e sob determinadas condições a ação "racional" não é possível, mesmo que os indivíduos sejam "racionais" Discuto-as uma a uma.

## O caráter histórico das preferências

A objeção mais tradicional ao individualismo metodológico, ou seja, a de que as preferências individuais alteram-se historicamente, não é específica do marxismo. Mas a teoria marxista fornece a estrutura analítica para explicar as alterações históricas da racionalidade individual. Gostaria de distinguir dois argumentos separados sobre a formação social de racionalidade individual. Um diz respeito a comparações de diferentes sistemas econômicos; o outro, ao processo da formação de identidade coletiva no capitalismo.

Marx afirmava que os objetivos individuais e as alternativas de ação disponíveis para os indivíduos dependem de como se organiza o sistema de produção e de troca: um camponês que paga um arrendamento em dinheiro e que pode, por isso, utilizar informações fornecidas pelo mercado para escolher seus cultivos é uma pessoa diferente do camponês que paga arrendamento em espécie, pode no máximo escolher técnicas de produção e não participa das relações de mercado (Marx, 1967). A teoria de Witold Kula sobre o feudalismo está construída sobre o pressuposto de que os proprietários de terras tentam satisfazer um nível constante de necessidades com informações muito restritas sobre o valor dos recursos alternativos (Kula, 1963). Os exemplos são inúmeros, e a questão não é que camponeses, proprietários de terras ou seja quem for não se comportem racionalmente, mas que devemos saber o que querem, o que sabem e qual é o seu leque de opções antes de podermos explicar seu comportamento. O pressuposto de que os proprietários de recursos maximizam o lucro num mercado repleto de informações não terá qualquer utilidade sob outras condições históricas que não as do capitalismo desenvolvido. Como argumentaram Jon Cohen e Martin Weitzman, no mundo medieval "as pré-condições que teriam tornado a maximização do lucro um objetivo sequer factível não eram evidentes (Cohen & Weitzman, 1975, p. 293). Em outras palavras, o individualismo metodológico não basta; são necessários pressupostos substantivos para explicar o comportamento dos indivíduos sob condições históricas específicas.

Em certa medida, essa é uma questão empírica. Quando Roemer afirma que os agentes econômicos em todas as condições históricas procuram maximizar a renda (ou o lazer), ou quando Margaret Levi afirma que em todas as circunstâncias históricas os "governantes" procuram maximizar os rendimentos, estão formulando teorias que supõem que todas as variações de comportamento podem ser atribuídas a alterações nos condicionamentos estruturais (Roemer 1983; Levi, 1981, p. 431-65). Em princípio, essas teorias podem ser avaliadas empiricamente, e Levi, numa série de ensaios, empreendeu exatamente um tal projeto. Estou afirmando apenas que o pressuposto marxista tradicional parece ser o de que os senhores medievais queriam algo diferente daquilo que os capitalistas queriam, e não apenas o de que enfrentavam condicionamentos ou constrangimentos distintos (ou que queriam algo diferente porque enfrentavam constrangimentos diferentes).

O segundo argumento marxista contra o pressuposto das preferências estáveis fixas origina-se sobretudo na teoria, de Antonio Gramsci da formação de identidades pessoais sob o capitalismo? a concepção especificamente marxista de uma ênfase sociológica, geral na origem da formação da identidade (8). Nessa concepção, a política não diz respeito simplesmente a quem recebe o quê, mas em primeiro lugar a, quem é quem: não se dá numa arena, mas antes numa *ágora*. A identidade coletiva vai sendo transformada continuamente? moldada, destruída e novamente moldada? como resultado de conflitos no curso dos quais partidos políticos, escolas, sindicatos, igrejas, jornais, exércitos e corporações empenham-se em impor uma forma particular de organização à vida da sociedade. A relação entre os lugares ocupados pelos indivíduos na sociedade e sua identidade é, assim, uma consequência histórica contingente de conflitos: conflitos em torno de saber se determinada coisa é uma fonte de satisfação, se um objetivo específico pode ser alcançado, se um determinado curso de ação é admissível. O comportamento eleitoral fornece exemplos claros: as pessoas votam às vezes por lealdade de classe, às vezes como católicas, às vezes como sulistas ou como mulheres, e outras vezes como indivíduos calculando livremente qual partido tem mais probabilidades de fazer coisas em seu proveito (9). Assim, mesmo dentro dos limites de um período relativamente curto, o pressuposto de preferências estáveis exógenas não parece promissor.

Essa tradicional ênfase marxista na formação histórica da identidade é extremamente daninha para a perspectiva da escolha racional. As identidades individuais, e portanto as preferências individuais, são constantemente moldadas pela sociedade: isso parece inquestionável. Mesmo assim, acredito que os proponentes dessa visão estão excessivamente ansiosos para celebrar seu triunfo.

Quase todos os escritores que destacam o caráter social da formação das preferências saltam equivocadamente para a conclusão de que a visão do comportamento como ação racional é invalidada por essa assertiva. Isso é verdade em relação a Roemer em seu artigo de 1978 (p. 147-61), a Johannes Berger e Claus Offe (1981, p. 521-27), Alessandro Pizzorno (1984, p. 3-47) e Barry Hindess (1984, p. 255-77). Roemer sustentou que a "formulação individual do problema econômico impede, em sua própria concepção, um exame frutífero dos aspectos mais importantes da mudança e da história, a saber, como a realidade social produz seres sociais que em seguida atuam para alterar a realidade" (Roemer, 1978, p. 149). O mesmo ponto foi levantado por Pizzorno e Hindess. Berger e Offe observaram que "logicamente, o jogo só começa depois que os atores foram constituídos e que sua ordem de preferência se formou como resultado de processos que não podem ser considerados eles próprios parte do jogo" (Berger & Offe, 1981, p. 525).

Uma vez formadas as preferências, porém, as pessoas as têm e atuam a partir delas num determinado instante do tempo: a

força da economia neoclássica reside em ser capaz de separar a análise da ação num momento determinado de tudo aquilo que criou as condições sob as quais essa ação ocorre (10). Além disso, a abordagem da escolha racional certamente não impede a investigação da formação das preferências mesmo se na economia neoclássica as preferências são vistas como dadas (e no utilitarismo clássico, como casuais). Portanto, a crença de que as preferências se formam historicamente e a de que as pessoas agem racionalmente com base nas preferências que têm não são contraditórias. Ademais, não há razão para pensar que os processos que resultam na formação das preferências não possam incluir ações racionais, um "jogo", embora não "o mesmo" jogo. Na verdade, acredito que John Sprague e eu demonstramos que a razão pela qual alguns indivíduos, em determinadas circunstâncias históricas, identificam-se como trabalhadores é consequência de estratégias adotadas pelos líderes de partidos eleitorais de esquerda (Przeworski & Sprague, 1986). Qual a viabilidade de teorias da história que considerem as preferências como formadas endogenamente? Estou longe de sentir-me seguro quanto a isso, mas não vejo base metodológica que justifique a rejeição da possibilidade de tais teorias (11).

## Altruísmo

O segundo contra-argumento à ofensiva do individualismo metodológico é o de que o interesse próprio é uma caracterização inadequada das preferências de pelo menos algumas pessoas sob determinadas circunstâncias históricas. Alguns indivíduos podem se preocupar com os outros, sejam eles membros de sua família, classe, nação, ou outros seres humanos em geral. Aparentemente há pouca discrepância em torno disso e, de fato, diversos modelos econômicos recentemente desenvolvidos baseiam-se em pressupostos não-egoísticos (Collard, 1978; Margolis, 1982; Marwell, 1982; Kolm, 1984). Em princípio, modelos que envolvem estados de outras pessoas como argumentos das funções de utilidade de todos apresentam, no máximo, dificuldades matemáticas (12).

Uma questão polêmica é se as preferências altruísticas, no sentido de qualquer função de utilidade que inclua entre seus argumentos estados de outros indivíduos, devem e podem ser sempre inferidas de motivações egoístas. Especialmente interessante é a noção de mudança de preferências por meio do diálogo, que Offe e Helmuth Wieselth (1980) consideram essencial para a organização dos trabalhadores enquanto classe, e a noção de Serge-Christophe Kolm (1984) de "reciprocidade geral". Essa questão e outras correlatas são discutidas por Jon Elster (1984) bem como por Scott Lash e John Urry (1984, p. 35-50), e não tenho nada a acrescentar além de, talvez, uma certa dose de ceticismo.

Não é evidente, porém, se devemos ou não abandonar o pressuposto do interesse pessoal, por três razões.

Em primeiro lugar, se abandonarmos a hipótese de que os indivíduos são invariavelmente egoístas, o que deveríamos postular em lugar disso? Certamente, o pressuposto de que as pessoas são invariavelmente altruístas seria igualmente a-histórico e igualmente arbitrário. O que precisamos conhecer é a relação existente entre condições e preferências, talvez até entre ações de alguns e preferências de outros. Contudo, apesar da difundida atenção dos sociólogos à formação da identidade coletiva, por alguma razão não sabemos quando esperar que certas pessoas sejam egoístas, quando esperar que sejam altruístas e quando esperar que sejam ideológicas. Dentre os escritores mais individualisticamente orientados, A. K. Sen (1977) sugeriu que deveríamos pensar em termos de "simpatia" e "compromisso" como dois mecanismos distintos de ativação de preferências; Howard Margolis (1982) propôs uma regra segundo a qual os indivíduos derivam a utilidade de objetivos de interesse próprio *versus* objetivos de interesse de grupo; Albert Hirschman propôs que distinguíssemos entre "valores" (a respeito dos quais refletimos e argumentamos) e "gostos" (que são "gratuitos"), e argumentou que os indivíduos distribuem deliberadamente tempo e energia entre atividades instrumentais e não instrumentais (Hirschman, 1985, p. 7-21). Mas essas são distinções conceituais e não proposições substantivas. Assim, o pressuposto do interesse pessoal é mais facilmente rejeitável do que substituível.

Em segundo lugar, não deveríamos supor que os problemas estratégicos desapareceriam numa sociedade altruísta ou mesmo ideologicamente motivada? coisa em que os críticos da teoria econômica gostam de acreditar. Imagine-se uma situação em que a minha satisfação fosse mais importante para você do que a sua própria, a sua satisfação fosse mais importante para mim do que a minha, e nos encontrássemos diante de uma porta através da qual não pudéssemos passar simultaneamente. Esse paradoxo do "você primeiro" é apenas uma amostra dos problemas estratégicos que se encontrariam numa sociedade altruística (13).

Finalmente, uma descrição realista da sociedade, onde indivíduos egoístas, altruístas e ideológicos coexistem em qualquer momento dado, pode tornar qualquer análise dedutiva praticamente impossível. A força do individualismo metodológico é metodológica: reside na disposição dos economistas neoclássicos de ignorar todas as complicações que impeçam a obtenção de respostas a questões centrais. Introduzir o realismo descritivo é cortar o cabelo de Sansão. É por isso que a cuidadosa avaliação da racionalidade humana e de seus limites que faz Elster em *Ulysses and the Sirens*, livro recebido com entusiasmo por Scott Lash e John Urry como "uma ontologia do processo social e ... não apenas um artifício heurístico ou instrumental para gerar predições sobre o mundo social", pode redundar em subverter o projeto do individualismo metodológico (14).

### Sociedade irracional

Finalmente, a terceira crítica da abordagem da escolha racional deve-se provavelmente a Sartre. Trata-se de um argumento geralmente compreendido e admitido entre os especialistas da teoria dos jogos: alguns jogos não têm solução. Nossas ações têm consequências, mas quando atuamos essas consequências não podem ser previstas (muitas vezes porque dependem totalmente das ações de outros que estão na mesma situação). O argumento de Sartre (em *Le Mur*) era que as consequências de

nossas ações são imprevisíveis e, às vezes, perversas. Num mundo irracional não há possibilidade de ação racional. Assim, a ação irracional não diz respeito aos indivíduos, mas às condições. Suponhamos, por exemplo, que a probabilidade condicional de que um governo adote a política que defendeu durante a campanha eleitoral seja igual a zero: se isso é tudo de que os eleitores dispõem, será impossível votar racionalmente.

Se a compreendo corretamente, a versão de Pizzorno desse argumento desenvolve-se como segue: já que as fontes de satisfação individual são determinadas socialmente, os indivíduos não podem comprometer-se racionalmente com a busca de quaisquer objetivos a prazo mais longo porque, chegado o momento de atingirem esses objetivos, pode ser que já não derivem deles qualquer satisfação (Pizzorno, 1984, 1985). Assim, essa é uma versão social da observação de Friedrich Wilhelm Nietzsche de que a satisfação dos desejos nunca, é tão intensa quanto a dor causada pela privação — um fenômeno que os economistas chamam de *regret* e desdenham. Pizzorno parece acreditar que essa situação representa uma condição social geral e torna fútil o comportamento orientado por objetivos.

Para avaliar esse argumento, devemos ter o cuidado de distinguir jogos sem soluções (únicas), como o *chicken* ou a "guerra dos sexos", do tipo geral de jogos em que estratégias individualmente racionais conduzem a uma solução que é coletivamente subótima, sintetizados no "dilema do prisioneiro" (15). Nos jogos sem solução, nenhuma ação individual racional é possível; em jogos com soluções, cada indivíduo tem uma estratégia racional única. Se situações correspondentes a jogos sem soluções (únicas) forem suficientemente freqüentes, a abordagem da escolha racional será discutida enquanto instrumento de análise. A ubiquidade da situação descrita pelo dilema do prisioneiro, porém, torna essa estrutura extremamente útil.

Não estou seguro quanto à maneira de determinar a freqüência dessas situações irracionais no mundo real, e por isso desconfio que as diferenças entre as perspectivas não se baseiam em avaliações empíricas. O viés na escolha de fator de produção na mudança técnica proporciona um exemplo extensamente estudado de jogo 'sem solução' (Elster, 1983). O teorema de Kenneth Arrow e os desenvolvimentos subseqüentes demonstram que, dadas preferências individuais fixas, nenhum procedimento de votação produzirá, em geral, uma ordenação única de preferências coletivas (Arrow, 1963; Mickelwey, 1979, p. 472-82; Schofield, 1982). As situações de barganha também parecem indeterminadas, embora isso possa ter a ver antes com a teoria da barganha do que com a realidade. Essas ilustrações são suficientes para demonstrar que o conceito de condições irracionais — condições que não permitem que os indivíduos ajam racionalmente — constitui um instrumento de análise útil, talvez até subutilizado. Mesmo assim, continuo duvidando de que o mundo seja tão irracional quanto os existencialistas o pintaram. Por sua vez, situações em que o curso de ação individualmente racional tem como resultado estados do mundo que são coletivamente subótimos são ubíquos no capitalismo e, como observou Karl Korsch, em 1928, estariam presentes no socialismo (Korsch, 1975, p. 60-82). A existência de tais situações também pode ser interpretada como indicadora de que a sociedade é organizada irracionalmente — componente tradicional da crítica marxista do capitalismo —, mas não significa que ações individualmente racionais sejam impossíveis.

## ATORES COLETIVO

### O desafio

A implicação mais danosa do individualismo metodológico é que as pessoas que partilham interesses e condições de vida não agiriam coletivamente, em geral, para promover esses interesses. Mesmo que os resultados da ação coletiva fossem benéficos para todos os trabalhadores, cada trabalhador deixaria de participar se se beneficiasse dos resultados independentemente de participação. Se Mancur Olson e seus seguidores têm razão, não podemos esperar que a classe trabalhadora se transforme jamais num sujeito histórico coletivo, uma classe para si com todas as conseqüências decorrentes (Olson, 1965). É compreensível que a maior parte das reações marxistas ao individualismo metodológico se tenha concentrado nessa questão.

### Bases para a rejeição do dilema da ação coletiva no caso dos trabalhadores

A validade do problema do "carona" (*free-rider*) em relação à classe trabalhadora foi questionada por uma longa lista de razões. 1) O problema é irrelevante com base nos supostos do coletivismo metodológico (Holmstrom, 1983, p. 305-25; Pizzorno, 1984). 2) As pessoas, os trabalhadores pelo menos, não são egoístas (Booth, 1978, p. 263-85). 3) Os trabalhadores são coagidos com tal rigor por suas condições que não têm escolha: relativamente aos trabalhadores, a abordagem da escolha racional coloca um falso problema (Roemer, 1978). 4) Os trabalhadores têm uma inclinação especial para alterar as preferências uns dos outros através da comunicação (Elster, 1984, esp. p. 146; Offe & Wiesenthal, 1980). 5) Os trabalhadores satisfazem às condições para cooperação num dilema do prisioneiro iterativo (Shubik, 1970, p. 181-202; Taylor, 1976): estão repetidamente na mesma situação; não sabem durante quanto tempo permanecerão nessa situação; e têm um coeficiente baixo de preferência pelo presente (*timediscout*) (Edel, 1979, p. 751-61; Shaw, 1984). 6) Os trabalhadores respondem às condições para uma alteração endógena de probabilidades de sucesso: quando alguns deles dão início à ação coletiva, a probabilidade de sucesso da ação coletiva aumenta, o que significa que o benefício esperado também aumenta, sobrepujando o custo esperado para os trabalhadores adicionais, cuja participação, por sua vez, aumenta ainda mais a probabilidade de sucesso, e assim por diante (16).

As três primeiras posições rejeitam por inteiro o problema do *free-rider*; os três últimos admitem que os supostos da teoria neoclássica de ação coletiva podem ser válidos em determinados contextos, mas encontram razões para que as implicações dessa teoria não se apliquem aos trabalhadores. Jamais se demonstrou que qualquer um dos três últimos argumentos seja verdadeiro empiricamente, ou mesmo formalmente, em relação aos trabalhadores: eles constituem, na melhor das hipóteses,

conjeturas esperançosas. E note-se a maneira peculiar com que o problema tende a ser formulado: todos esses argumentos partem do princípio de que há algo de errado com uma teoria que prediz que os trabalhadores em geral não se organizarão como classe e não empreenderão ações coletivas, incluindo, de maneira especialmente importante, a ação correspondente a uma revolução socialista. Há algo de surrealista na questão "O que induziria o proletariado a fazer a revolução socialista?" (Shaw, 1984, p. 12). O proletariado jamais fez uma revolução socialista. Os trabalhadores, de maneira geral, não estão sequer organizados como classe: embora em uns poucos países a maioria dos trabalhadores faça parte de uma federação de sindicatos centralizada, em geral muitos não pertencem a partidos de esquerda ou sequer votam por eles, e muitos evitam participar de outros empreendimentos coletivos. Mais do que isso, certos sindicatos, partidos e outras organizações freqüentemente adotam estratégias contrárias aos interesses coletivos da classe trabalhadora. Não há dúvida de que existem sindicatos e partidos da classe trabalhadora com participação significativa, mas empiricamente, a teoria neoclássica da ação coletiva não é menos válida do que as teorias coletivistas.

A questão central colocada pelo individualismo metodológico é a seguinte: sob que condições, de sempre a nunca, a solidariedade (cooperação de classe) é racional para os trabalhadores individuais ou para grupos específicos de trabalhadores? Michael Wallerstein (1984, 1985) demonstrou recentemente que determinados sindicatos tentarão organizar todos (e apenas) os trabalhadores que competem uns com os outros no interior do mesmo mercado de trabalho, e que determinados sindicatos cooperarão uns com os outros em pequenas economias obrigadas a depender do comércio exterior, mas procurarão cooperar com os empregadores se puderem beneficiar-se de qualquer forma de renda monopolística (especialmente, proteção). A teoria de Wallerstein fornece os microfundamentos do fenômeno do "neocorporativismo" e contribuiu muito para explicar os diferentes modelos de estrutura sindical em diferentes sociedades capitalistas.

Observe-se que toda a discussão acima diz respeito aos trabalhadores. A noção de que os capitalistas podem ser incapazes ou não de desejarem organizar-se e agir coletivamente enquanto classe esteve tradicionalmente presente no marxismo. Na análise do próprio Marx, a competição entre os capitalistas tem como resultado um nível decrescente de lucro, mas eles nada podem fazer a esse respeito, visto que sua situação é uma situação de dilema do prisioneiro. A observação de que os capitalistas individuais têm interesses conflitantes que impedem sua ação coletiva foi importante na obra de Nicos Poulantzas (1973). A questão da unidade da burguesia sempre pairou sobre a literatura latino-americana (Cardoso, 1971; Evans, 1982, p. 210-48; O'Donnell, 1978; Zeitlin & Ratcliff, 1975, p. 5-61), enquanto nos Estados Unidos realizaram-se muitos trabalhos empíricos interessantes sobre a separação entre propriedade e controle, diretorias superpostas e outras formas de organização da classe capitalista (17). Finalmente, o problema da organização da classe capitalista foi formulado recentemente de maneira sistemática no interior do quadro de referência da escolha racional por John Bowman (1982, p. 571604; 1984).

Em conjunto, a perspectiva do individualismo metodológico exige que se realize uma total reavaliação da teoria marxista da ação de classe. Como formulou Olson, o problema do *free-rider* constitui, muito provavelmente, uma descrição inadequada da ação coletiva entre os trabalhadores, mas o efeito da crítica neoclássica à teoria marxista da ação de classe foi extremamente salutar. Um dos sintomas é que coisas escritas há apenas alguns anos, nas quais "a classe trabalhadora" marchava através da história conduzindo o interesse dos trabalhadores, agora parecem desconfortavelmente ingênuas. Estou longe de me sentir seguro de que algo restará, ao cabo, da teoria marxista da ação de classe. Como a própria, teoria formal do comportamento coletivo está se desenvolvendo rapidamente, estou convencido de que apenas começamos a examinar a questão da ação de classe.

## **Pontos fracos da teoria neoclássica da ação coletiva**

Ao mesmo tempo, a perspectiva marxista tradicional salienta dois pontos frágeis da teoria neoclássica da ação coletiva: em primeiro lugar, o problema estratégico que se coloca diante dos trabalhadores individuais não consiste na possibilidade de agir como "carona" no que diz respeito à provisão de bens públicos, mas na competição de uns com os outros para conseguir emprego; em segundo lugar, o problema de organizar cada classe (e outras coletividades) não pode ser considerado isoladamente da relação dos membros individuais de uma classe com a outra classe.

### **A situação estratégica dos trabalhadores**

Um tanto surpreendentemente, todos os autores marxistas que lidam com o paradoxo do *free-rider* aceitam a descrição que Olson faz do problema, que se coloca diante dos trabalhadores individuais. Mas a descrição de Olson é inexata.

Imaginemos um cruzamento com quatro postos de gasolina, um em cada esquina. De acordo com Olson e seus seguidores, os proprietários desses postos de gasolina vêm-se diante do problema do *free-rider* quando tentam instalar um semáforo no cruzamento, coisa que lhes proporcionaria mais fregueses durante a noite. Todos se beneficiaram com o tráfego mais intenso, mas como de todo modo cada um deles iria beneficiar-se uma vez instalado o semáforo, nenhum estaria disposto a pagar os custos da instalação. Antes de surgir o problema do semáforo, os postos de gasolina não enfrentam problemas estratégicos: como diz Olson, estão em "contexto pré-estratégico". Mas será que isso é verdade? Os postos de gasolina competem uns com os outros: cada um deles baixa o preço (ou melhora o serviço) para atrair os fregueses dos outros. O resultado é uma guerra de preços; os preços baixam e todos os proprietários dos postos de gasolina perdem. Evidentemente, uma solução possível para esse problema é algum tipo de acordo de preços (ou de diferenciação de serviços), e poder-se-ia dizer que esse acordo constitui um bem público. Mas acho que essa manobra terminológica oculta uma diferença fundamental: os postos de gasolina estão num dilema do prisioneiro, devido à interdependência de seu consumo particular e rival, antes e independentemente de

qualquer ação que resultasse em proporcionar bens cujo consumo uns não rivalizem com os outros (os assim chamados "bens públicos").

Os trabalhadores (e em determinados aspectos os capitalistas) (Bowman, 1984) estão em situação análoga à da guerra de preços. Os trabalhadores individuais competem uns com os outros, baixando suas exigências salariais na procura de emprego. O resultado é uma baixa geral dos salários. Assim, os trabalhadores estão num dilema do prisioneiro em relação a seu consumo pessoal. É verdade que quando os trabalhadores formam um sindicato ou se envolvem em outras formas de ação coletiva, podem deparar com o problema do *free-rider*, ou seja, o dilema do prisioneiro associado a ações que têm o objetivo de proporcionar bens cujo consumo não apresente rivalidade. Mas precisam organizar-se não para proporcionar bens públicos, e sim para evitar a competição de uns com os outros em sua busca de bens pessoais (18).

Note-se que é impossível representar interesses particularistas de indivíduos imersos numa situação de dilema do prisioneiro, pois os interesses particularistas são exatamente aqueles que opõem os indivíduos entre si. Se os indivíduos estão numa situação em que o estado específico do mundo que é melhor para eles é ao mesmo tempo o melhor para todos, então de fato seus interesses "comuns" podem ser representados simultaneamente: na terminologia de Sartre, seu interesse de "grupo" é idêntico a seus interesses "de série" (Sartre, 1980). Mas se os indivíduos competem uns com os outros, seus interesses "comuns" ou de grupo já não são idênticos a seus interesses de série ou particularistas: seu interesse de grupo é evitar a subotimalidade coletiva associada à competição, ao passo que a realização desse interesse de grupo não é a melhor saída para cada indivíduo. Mas o único interesse que pode ser "representado" é exatamente aquele associado à cooperação entre competidores potenciais. Assim, a "representação" deve necessariamente envolver coerção, sanções que dissuadam os membros individuais da não-cooperação. A não ser que sindicatos ou partidos sejam capazes de disciplinar os trabalhadores para que não compitam uns com os outros, não há organização de classe possível. Ao mesmo tempo, seria de se esperar que o descontentamento dos membros individuais fosse uma condição perene das organizações de classe: seus interesses particularistas não estão sendo representados, e cada um deles poderia melhorar a própria situação afastando-se da cooperação.

## **Relações sociais e ação coletiva**

Um notório ponto fraco na formulação neoclássica, do problema da ação coletiva é que a organização de cada grupo é considerada isoladamente do resto da sociedade (porque não há nenhum contexto "pré-estratégico" ou qualquer contexto de relações sociais nessa teoria). Os trabalhadores organizam "sindicatos", os capitalistas organizam *lobbies*; fazem face a seus próprios problemas no processo; e somente se são bem-sucedidos podem, talvez, encontrar-se uns com os outros. Mas trabalhadores e capitalistas (e outros) estão relacionados uns com os outros sem qualquer organização e antes dela, e sempre se organizam levando em consideração a outra classe. Os trabalhadores competem entre si, baixando o salário à medida que colocam sua força de trabalho à venda para as empresas. A intensidade de sua competição é afetada pelas decisões das empresas relativamente à taxa de investimento, pela intensidade dos fatores na mudança tecnológica, pela utilização da capacidade e por aquilo que cada empresa espera das outras e dos consumidores. Além disso, como demonstram Philippe Schmitter e Donald Brand, o problema organizacional dos trabalhadores é afetado pela associação entre os capitalistas (Schmitter & Brand, 1979).

De fato, há indícios de que essa talvez tenha sido a maneira como o próprio Marx concebeu as relações de classe. Na *Ideologia Alemã*, Marx e Friedrich Engels observaram que "os indivíduos separados formam uma classe somente na medida em que têm de lutar com outra classe; a não ser por isso, encontram-se em termos de hostilidade de uns para com os outros enquanto competidores". Em *Miséria da Filosofia*, Marx escreveu: "a associação sempre tem um duplo objetivo, o de interromper a competição entre os trabalhadores, de modo que possam desenvolver uma competição geral com o capitalista". Expressões semelhantes podem ser encontradas no *Manifesto Comunista* e em diversos outros escritos (Marx & Engels, 1964; Marx, s.d.). A visão da sociedade implícita nisso é uma visão de trabalhadores individuais que estão simultaneamente em relação de competição com outros trabalhadores e em relação de conflito coletivo com os capitalistas. Cada trabalhador está em melhor situação se compete com os outros trabalhadores, mas todos os trabalhadores podem melhorar sua situação caso se organizem contra os capitalistas (19). Assim, o que há de errado com o individualismo metodológico, em minha opinião, não é a idéia de que as ações coletivas devem ser explicadas com recurso à racionalidade individual, mas a idéia de que a sociedade é uma coleção de indivíduos não diferenciados e não relacionados. A visão adequada não é nem a de duas classes prontas para agir, nem a de indivíduos abstratos, mas a de indivíduos imersos em diferentes tipos de relação com outros indivíduos no interior de uma estrutura social descrita multidimensionalmente.

## **O CONFLITO DAS CLASSES**

### **A estrutura do conflito de classes no capitalismo democrático**

A teoria marxista tradicional da estrutura do conflito de classes é extraordinariamente tosca e, a meu ver, tanto logicamente incorreta quanto empiricamente falsa. Refiro-me aqui à teoria do próprio Marx, especificada de maneira mais explícita em *Trabalho Assalariado e Capital*, onde ele afirmava que os interesses dos trabalhadores e dos capitalistas constituem um jogo de soma zero, tanto estática quanto dinamicamente (Marx, 1952). Esse modelo foi utilizado mecanicamente na maior

parte da teoria marxista subsequente, especialmente na teoria do estado, onde os interesses dos trabalhadores não são sequer especificados, visto que são sempre tratados como o complemento de soma zero dos interesses dos capitalistas.

A asserção estática é trivialmente verdadeira: como em qualquer instante de tempo o produto social é constante por definição, o ganho de uma pessoa é a perda de outra. Mas se admitimos a existência de um futuro, o quadro se torna muito mais complexo. Gramsci foi o primeiro a analisar a dependência da sociedade como um todo em relação ao capital, a dependência que torna possível a hegemonia da burguesia. Sua tese central ? que, acredito, deveria ser tratada como uma hipótese empírica, cuja validade não é certa ? é que, devido à propriedade privada da riqueza, ou seja, devido a que as decisões relativas à alocação de recursos produtivos são tomadas privadamente e tendo por objetivo a satisfação de interesses privados, a promoção dos interesses materiais de cada qual na sociedade é contingente com respeito à compatibilidade desses interesses com os dos proprietários da riqueza. Referir-me-ei a essa hipótese como a "dependência estrutural perante o capital" (20).

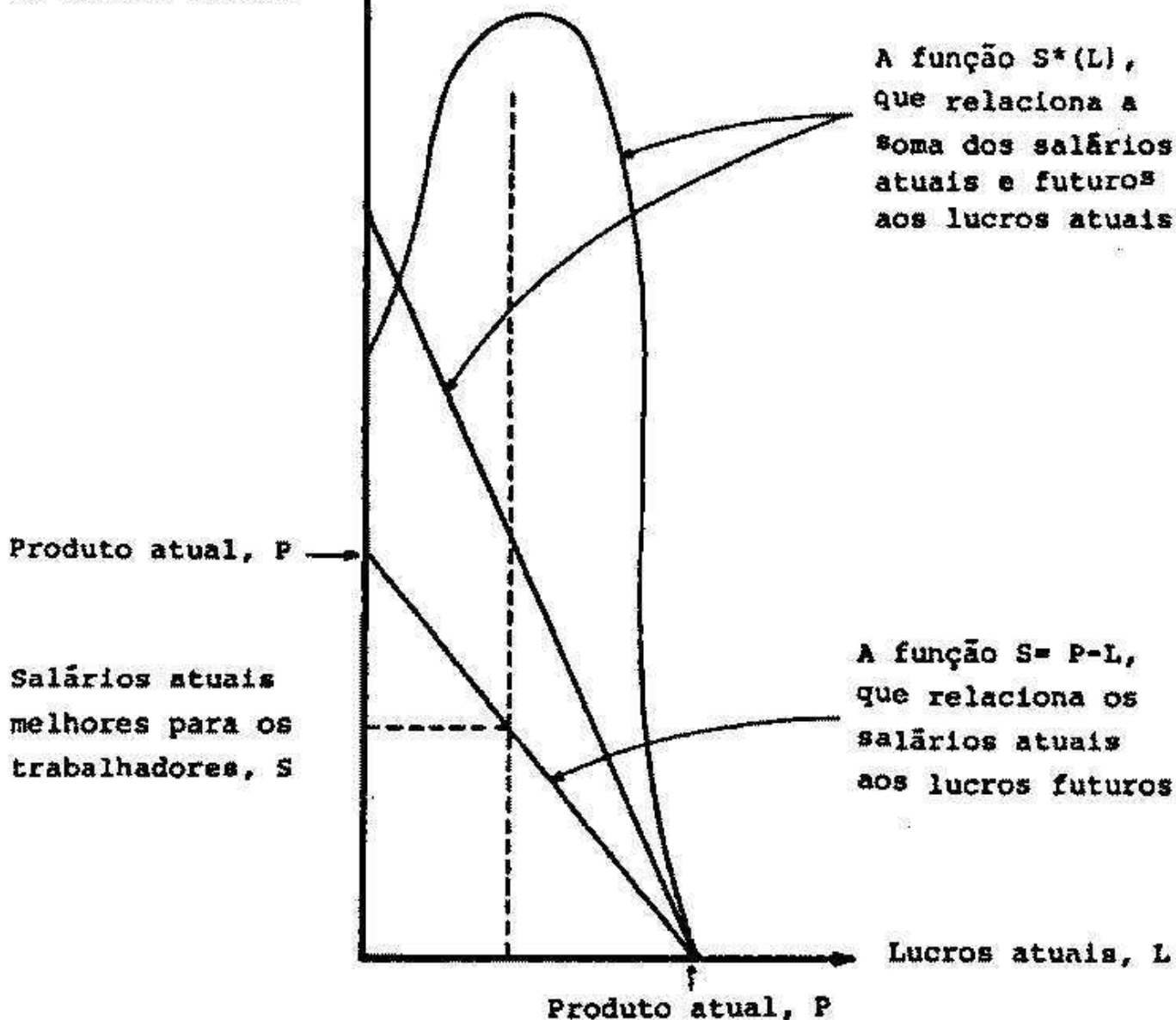
Especificamente, a hipótese da dependência estrutural perante o capital baseia-se nos seguintes pressupostos: o investimento é uma condição necessária para melhorar as condições materiais futuras de qualquer pessoa no âmbito da sociedade; as decisões relativas a investimentos são uma prerrogativa privada, ligada à propriedade, e são tornadas com o objetivo de obter lucro; quaisquer exigências que ameacem a lucratividade do investimento fazem com que a taxa de investimento caia; por essa razão, a satisfação de qualquer interesse particular depende de sua compatibilidade com o lucro apropriado privadamente pelos proprietários da riqueza (21). O ponto que se deve salientar é que esse mecanismo se aplica a todos, não apenas à classe trabalhadora. Na medida em que são necessários meios materiais para a satisfação de seus interesses, esta hipótese se aplica às minorias em busca de igualdade econômica, às mulheres que tentam transformar a divisão do trabalho no âmbito do lar, aos idosos em busca de segurança, material, aos trabalhadores que desejam melhores condições de trabalho, aos políticos lutando por uma reeleição e aos militares que querem ter mais bombas. É nesse sentido que o capitalismo é uma sociedade de classes: não no sentido de que há sempre duas classes prontas e acabadas, mas no de que a estrutura de propriedade característica do capitalismo torna as condições materiais de todos contingentes relativamente às decisões tomadas privadamente pelos proprietários da riqueza (22).

A dependência estrutural perante o capital abre a possibilidade de compromissos entre trabalhadores organizados e capitalistas. Nesses compromissos, os trabalhadores assentem à instituição do lucro (e portanto à propriedade privada da riqueza), enquanto os capitalistas investem e consentem em arranjos políticos ? a democracia ? que permitem que os trabalhadores processem sua reivindicação de uma parte do produto da sociedade. Visto que Michael Wallerstein e eu analisamos esses compromissos em outro estudo (Przeworski & Wallerstein, 1981, p. 215-36), tratarei de enfatizar aqui apenas a estrutura exibida, em termos de teoria dos jogos, pela relação entre os interesses dos trabalhadores e os dos capitalistas.

Examinemos o gráfico abaixo. A linha reta com uma inclinação de  $-1$ ,  $S=P-L$ , representa todas as distribuições possíveis do produto nacional entre salários e lucros em qualquer momento dado, quando o produto  $P$  é fixo (a distância dessa linha da origem mede o tamanho do produto). Ao longo dessa linha há uma relação de soma zero entre salários e lucros: sempre que os salários sobem, o lucro cai, e vice-versa. Esse é o modelo marxista tradicional para o conflito dos interesses de classe. Agora examinemos a segunda linha reta, na qual os salários são medidos como a soma dos salários atuais e daquilo que os trabalhadores assalariados esperam receber em algum momento futuro,  $S^*$ . Caso esta linha também se incline continuamente para baixo, então a extensão de Marx das condições estáticas para as dinâmicas é válida e o conflito de interesses materiais opõe inevitavelmente as classes entre si: os trabalhadores queriam confiscar o estoque de capital mesmo que o produto crescesse, visto que o valor atual dos salários futuros é menor se o lucro atual é maior. Mas se os salários futuros dos trabalhadores dependerem do investimento atual e se este investimento depender dos lucros atuais, então é possível que a função que relaciona salários atuais e futuros aos lucros atuais,  $S^*(L)$ , se assemelhe à linha mais alta: um máximo de salários corresponde a algum valor positivo dos lucros atuais. O nível dos salários atuais correspondente ao nível de lucros atuais que maximiza a soma dos salários atuais e futuros,  $S$ , é mais baixo do que o produto atual: portanto os trabalhadores preocupados com o futuro irão, neste caso, propor limitação de salários e consentir em que os capitalistas tenham lucros. Se esta é ou não a situação que enfrentam os trabalhadores, ou seja, se a função  $S^*(L)$  tem um máximo interno, depende da função que relaciona a taxa de investimentos aos lucros, bem como das instituições políticas e das condições que determinam se os trabalhadores podem ter uma esperança razoável de beneficiar-se futuramente com o investimento atual. Já se demonstrou que existem efetivamente condições sob as quais ambas as classes optariam por um compromisso (Przeworski & Wallerstein, 1981, p. 215-36).



S\* Salários futuros  
em termos atuais



### Salários Atuais e Futuros Relacionados aos Lucros Atuais

Este é apenas um modelo do conflito de interesses no capitalismo que se pode formular com recurso aos pressupostos da escolha racional. Várias outras análises conceituam aspectos um tanto diferentes desse conflito. Kevin Lancaster (1973, p. 1092-1109) forneceu uma formulação fecunda do *trade-off* intertemporal, e seu trabalho foi ampliado por Michael Hoel (1978, p. 335-50). Sam Bowles e Herbert Gintis (1982, p. 51-93) centraram-se nos aspectos keynesianos do compromisso de classes, que denominam "o acordo". Yvo Dirick e Murat Sertel (1979, p. 99-116) analisaram o impacto da tributação no conflito de classes, enquanto Ephraim Kleiman (1983) estudou o impacto das ameaças revolucionárias (e contra-revolucionárias) sobre a tributação. Frans van Winden (1983), V. K. Borooah e Frederick van der Ploeg (1983) e Kerry Schoot (1984) contribuíram com análises de

conflitos envolvendo sindicatos, empresas e o estado.

## **"Welfare" comparativo dos sistemas econômicos e transição para o socialismo**

Suponhamos que entre todas as estratégias disponíveis para os trabalhadores no capitalismo, eles estejam em melhor situação propondo um alto nível de contenção salarial. Isso implica que o capitalismo é melhor para os trabalhadores do que o socialismo? Ou, inversamente, suponhamos que no capitalismo os trabalhadores estão em melhor situação se são altamente militantes economicamente: é verdade, neste caso, que os trabalhadores estariam em melhor situação com o socialismo? A questão do *welfare* comparativo associado aos diferentes modos de produção mostra-se extremamente complexa, e a meu ver ainda não sabemos como responder às questões acima. Wallerstein e eu pudemos formular a questão, mas não fomos capazes de encontrar uma resposta (23). Em outro estudo, abordei os aspectos da transição e cheguei à conclusão de que os custos da transição podem levar os trabalhadores a se apegar ao capitalismo, mesmo que o socialismo seja um sistema superior para a satisfação de suas necessidades materiais (Przeworski, 1980, p. 125-53)

Do ponto de vista -do individualismo metodológico, a questão geral da teoria da revolução é: sob que condições as pessoas, caracterizadas por suas dotações específicas de recursos alienáveis e inalienáveis sob determinado sistema econômico, prefeririam um sistema econômico alternativo específico, ou seja, diferentes direitos de propriedade e/ou diferentes mecanismos de alocação? O trabalho fundamental de Roemer (1982) estabeleceu um quadro de referência para a análise dessas questões. Roemer demonstrou sob que condições uma classe específica de agentes econômicos num sistema econômico estaria em melhores condições num dado sistema econômico alternativo. Os ensaios recentes de Roemer (1985) relacionam essa análise à teoria distribucional da justiça, com certos resultados espantosos com respeito à instituição da propriedade privada da riqueza. Infelizmente, o instrumento conceitual de ajustamento instantâneo a um equilíbrio geral não permite o estudo das transições entre sistemas econômicos, mas apenas as comparações entre seus equilíbrios estáticos (Przeworski, 1985, cap. 7).

Observe-se que, do ponto de vista do individualismo metodológico, a questão sobre a transição para o socialismo é a de se o socialismo é preferido pelos indivíduos concretos que vivem sob o sistema capitalista, tomando-se os indivíduos tal como são, com seus recursos e preferências (24). Claramente, essa formulação é rudimentar demais para propiciar respostas não ambivalentes: os indivíduos concretos que vivem sob o sistema capitalista serão autônomos, e portanto responsáveis por suas preferências? E que métodos existem para agregar as preferências individuais? Mas a perspectiva metodológica sugere um certo ceticismo democrático: a questão a ser formulada a respeito de qualquer projeção relativa ao futuro é, em primeiro lugar, se os indivíduos concretos que vivem sob condições históricas dadas expressariam e continuariam a expressar uma preferência por esse projeto através de algum mecanismo razoável de votação.

Para resumir, até mesmo os autores que se mostram céticos em relação ao ponto de partida individualista estão de acordo em que é na análise do conflito de classes que a força da perspectiva da escolha racional se torna mais evidente. Alguns estudiosos das alianças de classe repudiam o uso de cálculo estratégico formal (25), mas na realidade são obrigados a utilizar esse tipo de cálculo ao longo de suas análises. Afinal de contas, a teoria dos jogos não é senão uma teoria formal do conflito e, para melhor ou pior, é a única teoria existente.

## **A "economia", a política e a análise do equilíbrio**

Embora a maioria das discussões digam respeito à postura geral do individualismo metodológico, gostaria, para encerrar esta apreciação, de chamar a atenção para uma debilidade técnica que mutila o aparato formal da teoria dos jogos. Mas antes vamos voltar um pouco atrás.

A teoria econômica marxista comparte com a economia neoclássica a confiança na análise do equilíbrio enquanto principal instrumento metodológico. O equilíbrio é um estado do mundo em que os atores, individuais ou coletivos, não alteram seus cursos de ação porque ninguém pode melhorar a própria situação considerando-se a resposta esperada dos outros (26). Mesmo que a teoria marxista admita outras situações que não o equilíbrio, o subconsumo, a superprodução ou a pressão salarial são sempre identificados e analisados com referência ao equilíbrio.

Ora, não existe consenso quanto à utilidade do conceito do equilíbrio, quer na economia ou fora dela. As opiniões alinham-se ao longo de todo o espectro: da insistência da teoria neoclássica em que a economia está sempre em equilíbrio, passando pela posição neoclássica padrão de que a economia tende ao equilíbrio cada vez que é deslocada por ações e acontecimentos exógenos, passando ainda pela posição keynesiana mais usual de que, embora talvez a economia jamais esteja em equilíbrio, esse conceito mesmo assim é útil enquanto ferramenta analítica, até aqueles que acham que esse conceito é enganador do ponto de vista descritivo e inútil metodologicamente (27). De acordo com esta última visão, os sistemas sociais são complexos e o fluxo de informação demanda tempo: quando um ator fica sabendo dos resultados das ações de outros atores (preços, por exemplo), alguns destes já terão alterado seu comportamento devido às informações que terão recebido nesse meio tempo. Num mundo como esse, as expectativas nunca se realizam; não há equilíbrio nem qualquer tendência em direção a um equilíbrio (28)

Mais uma vez não sei bem até que ponto essas diferenças teóricas e metodológicas podem ser resolvidas empiricamente. Pode ser que às vezes as coisas fluam de tal forma que os cálculos estratégicos sejam impossíveis: veja-se a inflação recente no

Brasil, em que os preços parecem alterar-se mais depressa do que as pessoas conseguem ficar sabendo, variando muito, assim, de comerciante para comerciante (29). Com toda probabilidade há períodos em que tudo é estável e previsível: suspeito que os fenômenos eleitorais tendem a ser bastante regulares, em geral. Não acredito que a diferença seja entre mercados e outras instituições sociais. Estou convencido, porém, de que quase sempre é possível fazer cálculos estratégicos, e que algumas vezes estes se confirmam. Assim, não estou disposto a rejeitar o instrumento da teoria dos jogos em geral e o conceito de equilíbrio em particular.

A questão, porém, é: "que equilíbrio?" Observe-se que os modelos da economia utilizados nas teorias marxista e neoclássica são os mesmos. O objeto racional da análise para ambos é o modelo da economia competitiva. Há uma grande quantidade de agentes, famílias e empresas capazes de movimentar seus recursos alienáveis, ou seus corpos de um setor para outro e de intercambiar mercadorias e serviços. Para cada um dos agentes, o resto do sistema é dado como um parâmetro que esse agente leva em conta ao tratar de maximizar (30). No extremo oposto ao da competição perfeita, ambas as teorias utilizam modelos de monopólio e duopólio, assim como modelos nos quais o único ator é o governo, que antecipa o comportamento dos atores econômicos (31). Entre os dois ? o mercado competitivo com muitos atores ou sistemas com no máximo dois atores estratégicos ? não há análise alguma, seja ela neoclássica ou marxista.

Esse estado de coisas pode parecer surpreendente visto que a maioria das descrições das sociedades capitalistas contemporâneas destacam que os afores relevantes são em número limitado, e que suas ações incluem estratégias que não são de mercado. Se quiséssemos enumerar os atores nacionais cujas estratégias conformam uma economia capitalista típica, incluiríamos: o governo, o parlamento, talvez algumas agências reguladoras especializadas e, em alguns países, o banco central; associações de empregadores, algumas corporações de grande porte e talvez bancos particulares; sindicatos e freqüentemente algumas outras organizações, depois famílias e empresas em geral. Se fôssemos enumerar as ações disponíveis para esses atores, certamente não nos limitaríamos a recursos e corpos em movimento entre os setores, mas incluiríamos todas as formas coletivas de organização, entendimento, negociação, pressão, e assim por diante. Para dizê-lo em poucas palavras, a maioria das caracterizações afirma que vivemos em sociedades corporativas, enquanto as análises teóricas hesitam entre estudar os equilíbrios competitivos e os duopólios (32).

Talvez isso não seja um acidente. O instrumento técnico da teoria dos jogos é quase inutilizável para todas as situações que envolvam menos que muitos, mas sempre mais que dois atores. A medida que o número de atores se torna grande, a solução não-cooperativa de Nash converge para o equilíbrio competitivo, e a solução é tecnicamente imediata. Com dois atores, nem sempre é claro qual a solução adequada: o equilíbrio de Nash, em que os dois atores decidem independentemente, um equilíbrio de Stackelberg, em que um ator antecipa as reações do outro, ou alguma solução mais complicada envolvendo compromissos vinculativos. Mas todas essas soluções usuais no caso de duas pessoas, e embora os conceitos de solução continuem sendo os mesmos para qualquer número de participantes, as dificuldades técnicas tomam-se formidáveis quando o número de atores estratégicos ultrapassa dois. Assim, não sou particularmente otimista acerca do futuro das aplicações formais da teoria dos jogos ao estudo de conflitos intergrupais e, em particular, ao estudo das alianças de classe.

O que é evidente é que as análises formais que se apóiam na teoria dos jogos permanecerão não convincentes enquanto os conceitos de equilíbrio que empregam não forem descritivos de condições históricas específicas. Suspeito, assim, que o individualismo metodológico irá obrigar a que nos tornemos mais cautelosos e mais explícitos ao analisar situações estratégicas, sobretudo as alianças de classe e as relações entre grupos sociais e aparelhos de estado, mas não vejo muito futuro para as análises dedutivas formais desse tipo, pelo menos enquanto a teoria dos jogos não sair de sua infância matemática. Seja como for, as análises não técnicas da dinâmica política e econômica provocada por alterações de alianças de classe tiveram como resultado alguns estudos notáveis, destacando-se entre eles a análise da Argentina por Guillermo O'Donnell (1987a, p. 3-33).

## RESUMO E PERSPECTIVAS

Espero que estas páginas tenham deixado evidente que, se aceitamos a validade metodológica de postulados individualistas, a maioria das preocupações tradicionais da teoria marxista, se não todas, devem ser radicalmente reformuladas. Se os resultados eventuais irão confirmar qualquer das propostas substantivas da teoria marxista da história e se a teoria resultante será "marxista" em algum outro sentido, é coisa, que não sei.

Acho que devemos aceitar o desafio do individualismo metodológico. A única alternativa seria concordar com G. A. Cohen em que "... o marxismo preocupa-se *fundamentalmente* não com o comportamento, mas com as forças e as relações que o constroem e dirigem. Quando passamos do caráter imediato do conflito de classes para seus resultados a longo prazo, a teoria dos jogos mostra-se ineficaz, pois tais resultados, para o materialismo histórico, são governados por uma dialética, de forças e relações de produção que fornece o pano de fundo para o comportamento de classe e não é explicável através dele" (1982, p. 489). Isso me soa mais como um roteiro de *Guerra nas Estrelas* do que como teoria social. Curiosamente, inclino-me a pensar que o motor da história, para o materialismo histórico, é o conflito de classes, não A Força (33).

Ao mesmo tempo, acho a declaração programática de Elster estéril: "Por individualismo metodológico entendo a doutrina de que todos os fenômenos sociais (sua estrutura, e suas alterações) são, em princípio, explicáveis em termos de indivíduos ? suas propriedades, objetivos e crenças" (1982, p. 453). Elster está em boa companhia: ele poderia ter citado a frase de Mam (da *Sagrada Família*) segundo a qual "a história não é senão a atividade dos homens na busca de seus objetivos" (1956). Essas são

frases que soam bem, mas, como observou o próprio Marx em sua carta a Annenkov, sua capacidade explanatória é mínima (34). Podem ser verdadeiras, mas só se admitirmos que os resultados de ações individuais muitas vezes são indiretos, não antecipados, e às vezes indesejados por todos (35). As condições que hoje temos diante de nós constituem conseqüências de ações empreendidas ontem, mas ontem agimos em busca de objetivos que não consistiam em produzir condições para amanhã.. Como observou François Furet, "os homens fazem história, mas não sabem qual" (1978, p. 44). Assim, a dificuldade básica da perspectiva individualista da história é explicar como as ações dos indivíduos sob condições dadas produzem novas condições. A maioria das pessoas estaria de acordo acerca, desse postulado em princípio, mas acho que Berger e Offe (1981), bem como Anthony Giddens (1982, p. 527-40), estão certos quando devolvem o desafio a Elster. Porque o problema é que, no ponto em que estão as coisas presentemente, a aparelhagem técnica do individualismo metodológico, a teoria dos jogos, é lamentavelmente inapropriada para essa tarefa. Hoje, a aparelhagem da teoria dos jogos pode no máximo elucidar acontecimentos isolados e singulares que ocorrem sob determinadas condições. Não tem nada a dizer a respeito da história.

A crítica acarretada pelo individualismo metodológico é, assim, mais marcante do que as explicações alternativas baseadas nos postulados da escolha racional. Sen observou há alguns anos que a teoria econômica "tem muito pouca estrutura" (Sen, 1977, p. 335). Isso é verdadeiro não apenas acerca da racionalidade individual, mas também acerca das relações sociais, que provêm os indivíduos de objetivos e possibilidades de ação. Estou convencido, porém, de que as objeções e preocupações dos teóricos sociais conduzirão, e na realidade já estão conduzindo, a um rápido desenvolvimento da aparelhagem da teoria dos jogos. Vejo, assim, uma longa perspectiva de interação construtiva entre os teóricos formais e os estudiosos da sociedade. Caso bem-sucedida, essa interação terá como resultado: o tratamento da formação das preferências como um produto endógeno e contínuo dos processos sociais, distinguindo categorias de atores por suas situações estratégicas; a utilização de conceitos historicamente específicos de equilíbrio; e, ao mesmo tempo, a explicação da história, incluindo as origens das condições, em termos das ações intencionais dos indivíduos.

Texto publicado originalmente em *Politics & Society* (1985) 14, n° 4, p. 379-409.

Versões preliminares deste artigo foram publicadas em Pierre Birnbaum e Jean Leca editores, *Sur-L'individualisme* (Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1986) e em Frokla (Berlin, 1986). Fui beneficiado pelos comentários de Pierre Birnbaum, G. A. Cohen, Jon Elster, Barry Hines, Juan Lopez, Alessandro Pizzorno, George Isebelis, Robert van der Veen. e Michael Wallerstein.

Tradução de Heloísa Jahn revista por Fábio Wanderley Reis.

## Notas Biográficas

1 - Uma das dificuldades para rotular esse desafio é que ele se baseia em duas posições que não vão necessariamente juntas: 1) a exigência de "individualismo metodológico" ? que todos os fenômenos sociais têm que ser compreensíveis como um produto da ação de indivíduos; e o 2) o suposto substantivo de "escolha racional" ? que o comportamento individual é racional no sentido instrumental desse termo.

Poderíamos ter individualismo metodológico baseado em outra teoria que não a da escolha racional. Também poderíamos ter, e temos, na perspectiva da escolha formal tal como ela se apresenta, outros atores que não indivíduos: empresas, sindicatos, comitês, agências, e assim por diante. Na realidade, o desafio apresentado durante estes últimos anos para as sociologias coletivistas combina um individualismo metodológico que admite outros atores estratégicos que não os indivíduos com diversas versões, mais fortes e mais fracas, da perspectiva da escolha racional. "Perspectiva da ação estratégica" seria o rótulo que eu escolheria para esse amálgama, mas, para manter-me afinado com o uso padrão, referir-me-ei a "individualismo metodológico" e a "abordagem da escolha racional" de modo praticamente intercambiável.

2 - O melhor tratamento das distinções entre esses termos é feito por Jon Elster (1984).

3 - Chamaram-me a atenção para o fato de que essa definição inclui o livro de Robert North (1981).

4 - Nessa linha, a polêmica mais extensa diz respeito ao camponês moral *versus* o camponês racional. Ver: James Scott (1976); Samuel L. Popkin (1979); e um apanhado de autoria de Bruce Cummings (1981, p. 467-95). Artigos similares apareceram em estudos a respeito de decisões sindicais de fazer greve (para um apanhado, ver Michael Shalev (1980, p. 133-173) e pela organização (Adam Przeworski, 1984), bem como a respeito da microeconomia da produção (Michael Reich e Paul Devine, 1981) e a discussão que se segue).

5 - Para críticas da teoria da ação subjacente à explicação funcionalista, ver George Homans (1973); e Pierre Bourdieu (1976).

6 - A análise mais acurada da teoria marxista da ação até o momento é o estudo de David Lockwood (1981, p. 435-81). Lockwood argumenta: que a teoria marxista tradicional da ação era basicamente utilitária; que os conceitos de dominação ideológica e de falsa consciência desempenharam o papel de explicar por que o proletariado agia irracionalmente (especificamente, de maneira não revolucionária); e que o papel de normas, valores e tradições ? o não racional enquanto diferente de aspectos irracionais da ação ? era subestimado. Como resultado, a teoria marxista da ação é altamente instável, como "manifesto pela tendência a trocar constantemente de posição entre as explicações positivas e idealistas do radicalismo e da aquiescência da classe trabalhadora" (p. 456-57). Lockwood atribui a origem dessa fragilidade à base utilitarista, e defende uma ênfase nos componentes normativos da ação: exatamente o contrário do que penso. Acho que tratar as ações dos trabalhadores como racionais é suficiente para explicar por que na maioria das circunstâncias elas não seriam revolucionárias, portanto é desnecessário qualquer referência a normas, tradições ou valores. Ver adiante e Adam Przeworski (1985).

7 - A posição extrema nesta questão foi a escola althusseriana. Num brilhante argumento de que "indivíduo" não é um conceito teórico, Balibar afirmou que as pessoas agem apenas como "mensageiros" de relações sociais específicas (classificadas de acordo com a tendência dessa escola, em econômicas, políticas e ideológicas), nunca como sujeitos integrais. (Etienne Balibar "Fundamental Concepts of Historical Materialism", 1970) Uma crítica arrasadora dessa posição foi feita por Fernando Henrique Cardoso (1973).

8 - Ver Lockwood (1981), para uma comparação interessante das regras de Gramsci e Durkheim.

9 - Adam Przeworski e John Sprague (1986). Observe-se que as invocações de Schumpeter como pai intelectual da teoria econômica da democracia são enganadoras: Schumpeter considerava o processo político um processo de persuasão. "Aquilo com que nos deparamos na análise dos processos políticos"

insistia, "é, em ampla medida, não uma, vontade genuína, mas uma vontade construída... a vontade das pessoas é o produto e não a força propulsora do processo político". (Schumpeter, 1975, p. 263).

10 - Esse aspecto foi demonstrado por Schumpeter: "Historicamente, o desejo do consumidor por um par de sapatos pode, ao menos parcialmente, ter sido moldado pela ação dos produtores que oferecem calçados atraentes e que fazem publicidade em torno disso; mesmo assim, em qualquer momento dado, trata-se de um desejo genuíno, cuja previsão vai além de 'sapatos em geral' e que uma experimentação prolongada isenta de boa parte das irracionalidades que possam tê-lo rodeado originalmente" (Schumpeter, 1975, p. 258).

11 - A base factível seria invocar alguma determinação individual autêntica, como faz Boudon em algumas partes de seu *La Place du desordre, ou* múltiplos e numerosos equilíbrios. Como, entretanto, eu me satisfaria com teorias de história possíveis, não considero este último argumento prejudicial.

12 - Isso não quer dizer que hoje tenhamos uma linguagem adequada para descrever funções de utilidade. É preciso esclarecer diversas distinções; infelizmente, sua discussão ultrapassa o limite deste artigo. Em primeiro lugar, a definição de "altruísmo", no texto, é excessivamente ampla, já que uma pessoa pode se preocupar com os estados de outros devido a motivações puramente egoístas, quando existem externalidades no consumo. Por exemplo, a utilidade de um telefone para mim depende do número de outras pessoas que possuem um aparelho. Para um modelo geral de equilíbrio que incorpore tais externalidades, ver Michael L. Katz e Carl Shapiro (1985, p. 424-41). Uma definição mais estreita de altruísmo seria aquela em que a satisfação de outros se classificaria como argumentos) na função de utilidade do ego. Uma tal definição significaria, porém, mais problemas matemáticos sérios, e criaria a necessidade de distinções adicionais. Por exemplo, posso dar mais importância ao prazer de outra pessoa do que ao meu próprio, mas não se esse prazer é obtido com o consumo de heroína. Em segundo lugar, podemos considerar as preferências como contingentes, seja a ações de outros seja a circunstâncias. A. K. Sen (1977, p. 317-44), afirmou que as pessoas têm diversas ordens de preferência que acionam contingentemente segundo alguma metaordem. O altruísmo condicionado ao comportamento cooperativo por outros constitui uma forma de livrar-se do dilema do prisioneiro.

Em terceiro lugar, ser "altruista" pode não ser o mesmo que ser "ideológico" no sentido de Alessandro Pizzorno (1966, p. 235-86), para quem ser ideológico é incluir na própria função de utilidade estados de uma coletividade, mais do que de outros indivíduos.

13 - Tais problemas são discutidos por Collard (1978). Ver também o argumento de Alan Buchanan (1979, p.

59-82), de que o "paradoxo da revolução" existiria mesmo que os trabalhadores fossem ideológicos. Robert Van der Veen demonstra, porém, que certas ordens não egoístas de preferência consistiriam em efeitos socialmente desejáveis com maior probabilidade de serem obtidos (1981, p. 345-74).

Observe-se que os efeitos do processo político numa sociedade democrática (uma pessoa ? um voto) perfeitamente altruísta seriam idênticos aos efeitos de uma sociedade perfeitamente egoísta: os interesses de cada indivíduo receberiam peso igual em ambas as sociedades. Ver, por exemplo, Koichi Ramada (1973, p. 243-64).

14 - Lash e Urry (1984, p. 39). Talvez esse ponto seja muito forte, considerando-se que já existem análises razoáveis de situações nas quais só algumas pessoas comportam-se estrategicamente enquanto outras seguem um hábito. Ver John Haltiwanger e Michael Waldman (1985, p. 326-41 e a bibliografia anexa.)

15 - Para discussões gerais de efeitos contrafinais, ver Raymond Boudon (1977) ; e Jon Elster (1978).

16 - Para o modelo geral, ver Mark Granovetter (1978, p. 1420-43). Usado com relação aos trabalhadores por Gregory S. Kavka (1982).

17 - Maurice Zeitlin (1974, p. 1073-119) ofereceu uma formulação fecunda. Essa literatura foi resenhada recentemente por Davita S. Glasberg e Michael Schwartz (1983, p. 527-40). Ver também J. A. Witt (1979, p. 51-59), para um exemplo fascinante no qual os capitalistas se organizaram, a despeito de conflitos de interesse entre eles.

18 - Observe-se a confusão, tal como exemplificada por Peter H. Aranson e Peter C. Ordeshook (1985, p. 93). Escrevem: "O *free-riding* ocorre em diversos contextos. O uso tradicional do termo refere-se àqueles que desfrutam de níveis salariais supostamente mais altos e condições melhoradas de trabalho como resultado de greves sindicais e esforços de negociação sem que eles próprios paguem contribuições sindicais ou os custos da greve". O dilema estratégico dos trabalhadores não é o de pagar ou deixar de pagar a contribuição sindical, mas o de absterem-se ou não de aceitar emprego quando essa aceitação significar uma baixa do nível geral dos salários.

19 - Idéias formais interessantes para a análise desse tipo de jogo foram apresentadas por George Tsebelis (1985).

20 - Antonio Gramsci (1971). Para uma interpretação de Gramsci de acordo com essas linhas, ver Przeworski (1985, cap. 4).

21 - Para uma discussão mais extensiva e mais crítica desse modelo, ver Adam Przeworski e Michael Wallerstein (a sair, 1986).

22 - John Manley (1983, p. 368-84), reviu recentemente a visão de que a teoria marxista afirma que em toda e qualquer sociedade capitalista há, sempre duas e somente duas classes. Tudo o que se poderia dizer acerca de uma tal teoria é que ela é falsa.

23 - Przeworski & Wallerstein (1981) . Ver também George Tsebelis, "Comment on Przeworski and Wallerstein", e nossa resposta (1984, p. 785-90).

24 - Poderia ser tentador apoiar a análise, em vez disso, em uma de duas formulações alternativas. Uma: sob o socialismo as pessoas teriam preferências diferentes, e uma vez que tivessem novas preferências, iriam preferi-las àquelas que tinham sob o capitalismo: donde suas preferências sob o capitalismo não precisam ser levadas em consideração, mesmo que essas preferências "capitalistas" levassem as pessoas a se oporem ao socialismo. Ou, duas: as preferências mudam endogenamente no curso da luta pelo socialismo. Acho a primeira posição inaceitável visto que dá lugar a uma ditadura em relação às preferências atuais, e acho a segunda, a de Rosa Luxemburgo, uma posição não convincente porque não sabemos se as preferências mudam, nem como.

25 - Entre eles destacam-se Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto (1969).

26 - Os economistas tendem a confundir o significado desse termo: para eles um equilíbrio é uma situação que não se interromperá sem um deslocamento externo e, também, uma situação na qual os mercados relevantes ganham. O que os economistas chamam de "desequilíbrio" é, então, um equilíbrio no qual algum mercado não ganha. Tal como usado aqui, o conceito de equilíbrio não tem conotações de ganho nos mercados num e noutro sentido.

27 - Boas discussões do conceito de equilíbrio são: Eugene Siberberg (1978, cap. 16); e, na outra ponta do espectro, Harvey Gram e Vivian Walsh (1983, p. 518-50).

28 - Essa é a visão da economia defendida por alguns intérpretes de Keynes e a visão da política defendida por Pizzorno.

29 - Devo esta observação a Sérgio Abranches.

30 - Na "nova economia clássica", atores parte antecipam decisões tomadas pelo governo à medida que competem entre si, mas aqui, novamente, cada indivíduo faz face a um meio ambiente dado parametricamente. Ver Thomas J. Sargent (1982, p. 382).

31 - O governo antecipa o comportamento de produtores e consumidores no modelo desenvolvido por Sam Peltzman (1976, p. 211-40). Antecipa as ações de diversos grupos de interesse no modelo de Gary S. Becker (1985, p. 371-400). Nos inúmeros modelos de ciclos eleitorais, antecipa o comportamento dos votantes. Contudo, o único ator que antecipa o comportamento de outros em todos esses modelos é o governo; todos os outros reagem, como era de se prever, de acordo com seus interesses.

32 - Ver Philippe C. Schmitter (1974). A enorme literatura sobre corporativismo foi coletada por Alan Cawson e John Ballard (1984).

33 - Ver John E. Roemer (1982a, p. 513-21), para uma réplica mais ponderada.

34 - A carta a Annenkov (de 1846) está reeditada em David McLellan (1977).

35 - A maneira como as conseqüências sociais regulares resultam de ações individuais foi uma fonte de interminável confusão para Friedrich Engels. Ver sua carta a Joseph Bloch de 21 de setembro de 1890, em L. S. Feuer (1959).

## Bibliografia

ALTHUSSER, Louis. (1971), "Ideology and ideological state apparatuses". In: *Lenin and Philosophy*. Nova York, Monthly Review Press.

ALTHUSSER, Louis & BALIBAR, Etienne. (1970) *Reading Capital*. Nova York, Pantheon Books.

ARANSON, Peter & ORDESHOOK, Peter C. (1985), "Public interest, private interest and the democratic policy". In: BENJAMIN, Roger & ELKIN, Stephen L. (eds) *The democratic State*. Lawrence, Kansas University Press.

ARROW, Kenneth A. (1963), *Social change and individual values*. Nova York, John Willey and Sons (ed. revista).

BECKER, Gary. (1985), "A theory of competition among pressure groups for political influence". *Quartely Journal of Economics*, 68.

BERGER, Johannes & OFFE, Claus. (1981), "Functionalism vs. rational choice? Some Questions Concerning the Rationality of Choosing One or the Other?" *Theory and Society*, 11.

BOROOAH, V. K. & PLOEG, Frederick van der. (1983), *Political aspects of the Economy*. Cambridge University Press.

BOOTH, D. E. (1978), "Collective action, Marx's Class theory and the Union Movement". *Journal of Economic Issues*, 12.

BOUDON, Raymond. (1977), *Effets pervers et ordre social*. Paris, Presses Universitaires de France.

\_\_\_\_\_. (1984), *La Place du désordre*. Paris, Presses Universitaires de France.

BOURDIEU, Pierre. (1976), "Marriage strategies as strategies of social reproduction". In: FORSTER, Robert & RANUN, Orest. *Family and society*. Baltimore, John Topkins University Press.

BOWLES, Sam & GINTISS, Herbert. (1982), "The crisis of liberal capitalism: The case of the United States". *Politics & Society*, 11.

BOWMAN, John. (1982), "The logic of capitalist collective action". *Social Science Information* 21.

\_\_\_\_\_. (1984), "The politics of the market: economic competition and the organization of capitalists". In: ZEITLIN, Maurice. *Political power and social theory*. vol. 5. Greenwich, JAI Press.

BUCHANAN, Alan. (1979), "Revolutionary Motivation and rationality". *Philosophy and Public Affairs*, 9.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. (1969), *Dependencia y desarrollo en America Latina*. México, Siglo XXI.

\_\_\_\_\_. (1971), *Ideologias de la burguesia industrial en sociedades dependientes (Argentina y Brasil)*. México, Siglo XXI.

\_\_\_\_\_. (1973), "Althusserianismo ou Marxismo?" In: ZENTENO, B. N. (ed) *Las clases sociales en America Latina*. México, Siglo XXI.

CAWSON, Alan & BALLARD, John. (1984), "A bibliography of corporatism". Working Paper nº 84/115. Florença, European University Institute.

COHEN, G. A. (1978), *Karl Marx's theory of History: A defense*. Princeton, Princeton University Press.

\_\_\_\_\_. (1982), "Reply to Elster on marxism, functionalism and game theory". *Theory and Society*,

COHEN, Jon & WEITZMAN, Martin L. (1975), "A marxian model of enclosures". *Journal of Development Economic*, 1.

COLLARD, David. (1978), *Altruism and the Economy: A study in non-selfish Economics*. Oxford, Oxford University Press.

CUMMINGS, Bruce. (1981), "Interest and ideology in the study of agrarian politics". *Politics & Society*, 10.

DELEUZE, Giles. (1973), *Anti-oedipe: capitalismo et schizophrénie*. Paris, Maspero.

DIRICK, Yvo & SERTEL, Murat. (1979), "Class conflict and fairness in 'Democratic Capitalism'". *Public Choice*, 34.

EDEL, Matthew. (1979), "A mote on collective action, marxism; and the prisoner's dilemma". *Journal of Economic Issues* 13.

ELSTER, Jon. (1978), *Logic and society*. Londres, John Wiley and Sons.

\_\_\_\_\_. (1982), "Marxism, functionalism and game theory: the case for methodological individualism". *Theory and society*, 11.

\_\_\_\_\_. (1983), *Explaining technical change*. Cambridge, Cambridge University Press e Universitets-forlaget.

\_\_\_\_\_. (1984), *Ulysses and the Sirens*. Cambridge, Cambridge Press (ed. revista).

EVANS, Peter. (1982), "Reinventing the bourgeoisie: state entrepreneurship and class formation in the context of dependent capitalist development". In: BURAWOY, Michael & SKOCPOL, Theda. *Marxist Inquiries*. Suplemento do *American Journal of Sociology*, 88.

FEUER, L. S. (ed) (1959), *Marx and Engels*. Nova York, Doubleday.

FURET, François. (1978), *Penser la revolution française*. Paris, Gallimard.

GIDDENS, Anthony. (1982), "Commentary on the debate". *Theory and society*, 11.

GLASBERG, Davita S. & SCHWARTZ, Michael. (1983), "Ownership and Control of corporations". *Annual Review of Sociology*, 9.

- GRAM, Harney & WALSH, Vivian. (1983), "Joan Robinson's Economics in retrospect". *Journal of Economic Literature*, 21.
- GRAMSCI, Antonio. (1971), *Prisonnotes*. Quintin Hoare & Nowel Smith (eds) New York, International Publishers.
- GRANOVETTER, Mark. (1978), "Threshold models of collective behavior". *American Journal of Sociology*, 83.
- HALTIWANGER, John & WALDMAN, Michael. (1985), "Rational expectations and the limits of rationality: an analysis of heterogeneity". *American Economic Review*, 75.
- HAMADA, Koichi. (1973), "A simple majority role on the distribution of income". *Journal of Economic Theory*, 6.
- HINDESS, Barry. (1984), "Rational choice theory, and the analysis of political action". *Economy and Society*, 13.
- HIRSCHMAN, Albert. (1985), "Against parsimony: three ways of complicating some categories of economic discourse". *Economics and Philosophy*, 1.
- HOEL, Michael. (1978), "Distribution and growth as a differential game between workers and capitalists". *International Economic Review*, 19.
- HOLMSTROM, Nancy. (1983), "Rationality and revolution". *Canadian Journal of Philosophy*, 13.
- HOMANS, George. (1973), "Bringing men back In". In: RYAN, Alan (ed) *The Philosophy of social explanation*. Londres, Oxford University Press.
- KARTZ, Michael L. & SHAPIRO, Carl. (1985), "Network externalities, competition, and Compatibility". *American Economic Review*, 75.
- KAVKA, Gregory S. (1982), "Two solutions to the paradox of revolution". In: FINCH, P. A., VEHLING, T. E. & WETTSTEIN. H. K. (eds) *Midwest Studies in Philosophy*. vol. 7. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- KLEIMAN, Ephraim. (1983), "Fear of confiscation and redistribution: notes towards a theory of revolution and repression". Seminal Paper n° 247. Estocolmo, Instituto de Estudos Internacionais.
- KOLM, Serge-Christophe. (1984), *La bonne économie: la reciprocaé générale*. Paris, Presses Universitaires de France.
- KORSH, Karl. (1975), "What is socialization?" *New German Critique*, 6.
- KULA, Witold. (1963), *Teoria ekonomiczna ustroju feudalnego*. Varsóvia, Panstwowe Wydawnictwo Naukowe.
- LANCASTER, Kevin. (1973), "The dynamic inefficiency of capitalism". *Journal of Political Economy*, 81.
- LASH, Scott & URRY, John. (1984), "The new marxism of collective action: A critical analysis". *Sociology*, 18.
- LEVI, Margaret. (1981), "The predatory theory of role". *Politics & Society*, 10.
- LOCKWOOD, David. (1981), "The weakest chain: some comments on the marxist theory of action". *Research in the Sociology of Work*, 1.
- MANLEY, John. (1983), "Neopluralism: A class analysis of pluralism I and pluralism II". *American Political Science Review*, 77.
- MARCUSE, Herbert. (1959), *Eros and civilization*. Londres, Sphere Books.
- MARGOLIS, Howard. (1982), *Selfishness, altruism, and rationality*. Chicago, University of Chicago Press.
- MARWELL, Gerald. (1982), "Altruism and the problem of collective Action". In: *Cooperation and Helping Behavior*. Nova York, Academic Press.
- MARX, Karl. (1952), *Wage labour and capital*. Moscou. Progress Publishers.
- \_\_\_\_\_. (1956), *The holy family*. Moscou, Progress Publishers.
- \_\_\_\_\_. (1967), *Capital*. vol. 3. Nova York, International Publishers.
- \_\_\_\_\_. (s.d.), *Poverty of Philosophy*. Moscou. Progress Publishers.
- \_\_\_\_\_. & ENGELS, Friedrich. (1964), *German ideology*. Moscou, Progress Publishers.
- MCKELVEY, RichardD. (1979), "Intransitivities in multidimensional voting models and some implications for agenda control". *British Journal of Sociology*, 30.
- McLELLAN, David (ed). (1977), *Karl Marx: selected writings*. Oxford, Oxford University Press.
- NORTH, Robert. (1981), *Structure and change in economic History*. Nova York, W.W. Norton.
- OFFE, Claus & WIESENTHAL, Helmuth. (1980), "Two logics of collectives action: theoretical notes on social class and organizational forma". In: ZEITLIN, Maurice. *Political power and social theory*. Greenwich, JAI Press.
- O'DONNELL, Guillermo. (1978), "Notas para el estudio de la burguesia local, con especial referencia a sus vinculaciones con el capital transnacional e el aparato estatal". *Estudios Sociales*, 12, Buenos Aires, CEDES.
- \_\_\_\_\_. (1978a), "State and alliances in Argentina, 1956-1976". *Journal of Development Studies*, 15.
- OLSON, Mancur. (1965), *The logic of collective action*. Cambridge, Harvard University Press. *Modern Age*, Winter, p. 30-38.
- PEJOVICH, Svetozar. (1977), "The relevance of Marx and the irrelevance of marxian revivals".
- PELTZMAN, Sam. (1976), "Towards a more general theory. of regulation". *Journal of Law and Economics*, 19.
- PIZZORNO, Alessandro. (1966), "Introduzione allo studio della partecipazione politica". *Quaderni de Sociologia*, 15.
- \_\_\_\_\_. (1984), "Sulla racionalità della alta democratica.". *Stato e Mercato*, 7.

- \_\_\_\_\_. (1985), "Some other kind of otherness (A Critique of 'Rational Choice' Theories)" (manuscrito).
- POPKIN, Samuel L. (1979), *Rational Peasant*. Berkeley, University of California Press.
- POÚLANTZAS, Nicos. (1973), *Political power and social classes*. Londres, New Left Books.
- PRZEWORSKI, Adam. (1980), "Material interests, class compromise and the transition to socialism". *Politics & Society*, 10.
- \_\_\_\_\_. (1984), "Union Growth: A literature review" (ensaio não publicado).
- \_\_\_\_\_. (1985), *Capitalism and social democracy*. Cambridge, Cambridge University Press.
- PRZEWORSKI, Adam & WALLERSTEIN, Michael. (1981), "The structure of class conflict in democratic societies". *American Political Science Review*, 76
- \_\_\_\_ & \_\_\_\_\_. (1984), *American Political Science Review*, 78.
- \_\_\_\_ & \_\_\_\_\_. (1986), "Popular Sovereignty, State Autonomy and Private Property". *Archives Européennes de Sociologia* (a sair).
- PRZEWORSKI, Adam & SPRAGUE, John. (1986), *Par stones: a History of electoral socialism*. Chicago, University of Chicago Press.
- REICH, Michael & DEVINE, Paul. (1981) "The microeconomics of conflict and hierarchy in capitalist production". *Review of Radical Political Economics*, 12.
- ROEMER, John E. (1978) "Neoclassicism, marxism and collective action". *Journal of Economic Issues*,. 12.
- ROEMER, John E. (1982), *General theory of exploitation and class*. Cambridge, Harvard University Press.
- \_\_\_\_\_. (1982a), "Methodological individualism and deductive marxism". *Theory and Society*, 11.
- \_\_\_\_\_. (1985), "Public ownership and the private property externalities" Working Paper n° 252. Davis, Department of Economics, University of California.
- SARGENT, Thomas J. (1982), "Beyond demand and supply curves in macroeconomics". *American Economic Review*, 72.
- SARTRE, Jean-Paul. (1946), *L'existencialisme est un humanisme*. Paris, Nagel.
- \_\_\_\_\_. (1960), *Critique de la raison dialectique*. Paris, Gallimard.
- SCHMITTER, Philippe C. (1974), "'Still the Century of Corporatism". In: PIKE, Frederick & STRITCH, Thomas. *The new Corporatism*. Notre Dame, University of Notre Dame Press.
- \_\_\_\_ & BRAND, Donald. (1979), "Organizing capitalists in the United States: the advantages and disadvantages of exceptionalism". Comunicação apresentada nas Reuniões Anuais da Associação Americana da Ciência Política, Chicago.
- SCHONFIELD, Norman. (1982), "Instability an development in the political Economy." In: ORDENS-HOOK, P. A. & SHEPSLE, K. A. *Political equilibrium*. Boston, Kluwer-Nojhoff.
- SCHOTT, Kerry. (1984), *Policy, power, and order: The persistence of economic problems in capitalist states*. New Haven, Yale University Press.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1975), *Capitalism, socialism and democracy*. Nova York, Harper.
- SCOTT, James. (1976), *The moral economy of the peasant*. New Haven, Yale University Press.
- SEN, A. K. (1977), "Rational fools: A critique of the Behavioral Foundation of Economics". *Philosophy and Public Affairs*, 6.
- SHALEV, Michael. (1980), "Trade Unionism and economic analysis: the case of industrial conflict". *Journal of Labour Research*, 1.
- SHAW, William H. (1984), "Marxism, revolution, rationality". In: BALL, Terence & FARR, James (eds). *After Marx*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SHUBIK, Martin. (1970), "Game theory, behavior and the paradox of the prisoner's dilemma". *Journal of Conflict Resolution*, 14.
- SIBERBERG, Eugene. (1978), *The structure of Economics: A mathematical analysis*. Nova York, McGraw-Hill.
- TAYLOR, Michael. (1976), *Anarchy and cooperation*. Nova York, John Wiley and Sons.
- \_\_\_\_\_. (1984), "Comment on Przeworski and Wallerstein". *American Political Science Review*, 78, p. 785-787.
- TSEBELIS, George. (1985), "When will the prisoners cooperate?" St. Louis, Washington University (manuscrito não publicado).
- VEEN, Robert van der. (1981), "Meta-rankings and collective optimality: ". *SocialScience Information*, 20.
- WALLERSTEIN, Michael. (1984), "The micro-foundations of corporatism formal theory and comparative analysis". Comunicação apresentada nas Reuniões Anuais da Associação Americana de Ciência Política. Washington, D.C.
- \_\_\_\_\_. (1985), *Working class and rational behavior*. Tese de doutorado, University of Chicago.
- WINDEN, Franz van. (1983), *On the interaction between state and private sector: study in Political Economics*. Gravenhage, Drukkerij J. H. Pasmaras B. V.
- WITT, J. A. (1979), "Can capitalists organize themselves?" *Insurgent sociologist*, 9.
- ZEITLIN, Maurice. (1974), "Corporate ownership and control: the large corporation and the capitalist class". *American Journal of Sociology*, 79.
- ZEITLIN, Maurice & RATCLIFF, Richard. (1975), "Research methods for the analysis of the infernal structure of dominant classes: the case of Landlords and capitalist in Chile". *Latin American Research Review*, 10.